

MEDIDAS IMEDIATAS

JUSTIÇA MANDA CORRIGIR IRREGULARIDADES EM PRESÍDIOS DE MATO GROSSO

ENTRE OS RELATOS ESTÃO: racionamento crônico de água, denúncias de revistas vexatórias, falhas na assistência à saúde e problemas de infraestrutura das unidades

ARIELLY BARTH / G1 MT

A Justiça determinou que o governo do estado adote medidas imediatas para corrigir problemas estruturais, o racionamento de água e denúncias de maus-tratos contra detentos, após inspeções e relatórios técnicos apontarem uma série de irregularidades em sete unidades prisionais. A decisão foi assinada pelo desembargador Orlando de Almeida Perri e prevê multa diária de até R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

A decisão estabelece prazos que variam de cumprimento imediato a até 120 dias para que o estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), regularize a situação nas seguintes unidades: Cuiabá: Penitenciária Central do Estado (PCE); Penitenciária Feminina Ana Maria Couto May. Várzea Grande: Centro de



FOTO: SECOM - MT

O ESTADO DEVE TOMAR MEDIDAS PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS APONTADO

Ressocialização Industrial Ahmenon Lemos Dantas (CRIALD), Centro de Ressocialização (CRVG); e Rondonópolis: Penitenciária Major Eldo Sá Correa (“Mata Grande”) e Cadeia Pública Feminina.

A determinação acolhe o pedido de extensão de habeas corpus apresentado pela Defensoria

Pública de Mato Grosso. Inicialmente, o recurso foi apresentado em favor de um reeducando específico, mas acabou convertido em instrumento de tutela coletiva para assegurar direitos de toda a população carcerária da Penitenciária Osvaldo Florentino Leite Ferreira, conhecida como “Ferrugem”, em Si-

nop, e estendido a outras seis penitenciárias.

Em janeiro deste ano, o Supremo Tribunal de Justiça manteve o afastamento dos diretores do Ferrugem, investigados por suspeitas de irregularidades na gestão da penitenciária.

Segundo o relator, as violações identificadas se

repetem de forma sistemática nas unidades vistoriadas. “A conclusão inarredável é que as violações observadas se reproduzem de forma rigorosamente idêntica, tanto quanto à natureza, quanto à sua gravidade e à reiteração sistemática”, afirmou.

Principais irregularidades - O documento destaca uma série de problemas estruturais e operacionais, entre eles: racionamento crônico de água; restrição de banho de sol a menos de duas horas diárias ou suspensão total da atividade; uso do chamado “latão” como forma de punição; infestação por ratos, baratas e carrapatos, levando presos a improvisarem barreiras com garrafas PET; denúncias de revistas vexatórias; realização de visitas íntimas em cubículos improvisados ou banheiros; falhas na assistência à saúde e atendimento médico considerado precário.

PRESENTE DE GREGO

Polícia Civil cumpre mandados em SP contra grupo criminoso envolvido em golpe do falso presente

OPERAÇÃO é um desdobramento da primeira fase, deflagrada em 2025, quando um dos principais executores do esquema foi preso em flagrante

ASSESSORIA / POLÍCIA CIVIL-MT

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou nesta terça-feira, 24, a segunda fase da Operação Presente de Grego, com foco na desarticulação de um grupo criminoso especializado na prática de fraudes eletrônicas na modalidade conhecida como “golpe do falso presente”.

Foram cumpridas na operação, 36 ordens judiciais, sendo 11 mandados de prisão preventiva, 11 de busca e apreensão e 14 de bloqueio de bens e valores vinculados aos investigados no valor aproximado de R\$ 55 mil, expedidas pela Juízo de Garan-

“**OS PREJUÍZOS ÀS VÍTIMAS ULTRAPASSARIAM A CASA DOS R\$ 160 MIL**”

tias da Comarca de Cuiabá.

Os mandados foram cumpridos nas cidades de São Paulo (SP) e Taboão da Serra (SP) com apoio da Polícia



FOTO: DIVULGAÇÃO

Civil do estado de São Paulo.

A investigação é conduzida pela Delegacia Especializada de Estelionatos e Ou-

tras Fraudes de Cuiabá, sob coordenação do Delegado Pablo Carneiro, e representa desdobramento da primeira

fase da operação, deflagrada em fevereiro de 2025, quando um dos principais executores do esquema foi preso.

Os prejuízos às vítimas, todas moradoras de Cuiabá, ultrapassariam a casa dos R\$ 160 mil.

Para aplicar o golpe, os criminosos simulavam a entrega de presentes às vítimas, geralmente em datas comemorativas, ocasião em que alegavam necessidade de pagamento de suposta taxa de entrega por meio de máquina de cartão. No momento da transação, eram realizadas cobranças superiores ao valor informado, mediante manipulação do equipamento ou induzimento da vítima a erro.